

SAUDAÇÃO ÀS MULHERES

Por Angélica Fernandes*

Nos últimos dias teve lugar em um dos fóruns de debates entre servidores e servidoras do TCM a incompatibilidade dessa mesa redonda “Mulheres: desafios atuais”, com a missão da Corte de Contas”. Chegaram até a dizer que isso era como um curso de corte e costura, ou seja, um desmerecimento ao conteúdo do debate e a falta de conhecimento da situação das mulheres em nossa sociedade.

Não é a primeira vez que esse questionamento é feito, e infelizmente não será o último, porque as questões relacionadas à vida das mulheres por séculos, para ser econômica, é tratada como uma “não questão”. Para muitos e muitas esse é um tema para especialista, e diferentemente do que muitos possam achar, todos se acham no direito de opinar e trazer à tona as maiores atrocidades do senso comum, como diria Ortega y Gasset:

(...) outrora os homens podiam dividir-se, simplesmente, em sábios e ignorantes, em mais ou menos sábios ou mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não pode ser submetido a nenhuma destas duas categorias. Não é um sábio, porque ignora formalmente o que não entra na sua especialidade; mas tampouco é um ignorante, porque é “um homem de ciência” e conhece muito bem sua porciúncula de universo. Devemos dizer que é um sábio ignorante, coisa sobremodo grave, pois significa que é um senhor que se comportará em todas as questões que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem na sua questão especial é um sábio.

Então, nessa breve saudação, gostaria de afirmar os motivos pelos quais o TCM deve introduzir o debate sobre a condição de vida das mulheres, em sua plenitude, em suas preocupações.

A primeiro ser refere ao fato de que as mulheres formam a maioria da população paulistana, ou seja, 5.924.871, (52,4%), segundo os dados do Censo de 2010.

Outro elemento de muita relevância é o fato de a maioria dos usuários, ou melhor, usuárias dos serviços públicos oferecidos pela administração pública, direta e indireta, são mulheres, ou seja, diretamente interessadas na qualidade das políticas públicas que em algum momento serão objeto de análise por parte do controle externo realizado pelo TCMSP.

Podemos citar aqui o conjunto de compromissos assumidos pelos entes federados, entre os quais a Prefeitura de São Paulo e o Legislativo Municipal, que têm por objetivo reconhecer a condição de subalternidade das mulheres, que reflete inclusive nos índices de desenvolvimento econômico e social de nosso município.

É importante destacar que as mulheres estão submetidas a situações que requerem medidas concretas do poder público, em especial, as que são vítimas de violência sexista – problema que perpassa a todas as classes sociais, com um destaque para a situação das mulheres mais pobres, que compõem a imensa maioria desse grupo.

É fato, e os números não deixam nos deixam mentir: em São Paulo e no Brasil, as mulheres morrem por serem mulheres, ou seja, os números são tão alarmantes que a sociedade conquistou traduzir sua indignação na Lei Maria da Penha, cunhou o crime de feminicídio e os números persistem desafiando as autoridades.

Somente em 2019 a violência contra a mulher aumentou 51% na cidade de São Paulo, e no mesmo período o feminicídios cresceram 167%. O Capão Redondo, no extremo sul, lidera o ranking, região de onde partiram 907 chamados de socorro em ambiente doméstico, dos 15.561 acionamentos registrados entre janeiro e julho. Sendo que 38% dos chamados acontecem no período noturno.

A questão que apresento aqui é: esse quadro exige políticas públicas? A resposta que a sociedade e o movimento de mulheres tem dado há anos é que sem investimento público, dificilmente esse triste quadro será revertido.

Poderíamos falar da fila para a realização de uma mamografia, ultrassonografia ou de todos os exames que

evitariam os crescentes casos de tratamento das doenças que acometem as mulheres, muitas das quais vão a óbito.

Poderíamos falar do salário desigual para trabalho similar, mesmo quando os índices de escolaridade demonstram que as mulheres ficam mais anos na cadeira escolar. Enfim, que esse quadro que permeia e limita o pleno desenvolvimento das mulheres somente poderá ser transformado com muita ação do Estado, ou seja, do poder público.

É importante destacar que esse Estado não é neutro, e muito mesmo imparcial. Ele tem cor, que é branca; ele tem sexo, que é masculino; ele tem orientação que é hétero e tem idade, lamentavelmente ocupado majoritariamente por pessoas que não incorporaram as mudanças vivenciadas nas últimas décadas.

Portanto, e por tudo isso, que o TCM tem que meter a colher nessa briga, buscando basear sua atuação para que exista uma maior simetria no tratamento das demandas das mulheres dentro e fora de seus muros, qualificando sua atuação para buscar uma sociedade paulistana no qual as

mulheres possam ser tratadas de maneira mais igualitária e como sujeito das mais diferentes políticas públicas.

E para alcançar esse olhar, o servidor tem que ser treinado e capacitado para entender que existe uma condição diferenciada em nossa sociedade entre os homens e as mulheres, e por isso esse quadro deve receber atenção do poder público.

Quero dizer a todas vocês que estão acompanhando essa mesa redonda que gostaria muito de estar aí com vocês, porque desde muito nova esse debate sobre a condição da mulher recorta minha vida. Fiz dessa questão meu objeto de estudo no mestrado e doutorado, junto com todo o esforço de levar esse debate a todos os espaços que atuei profissionalmente.

Mas, lamentavelmente, quando aceitei o convite não sabia que minha filha, Ana Clara, optaria por se matricular no curso de Economia da Unesp de Araraquara, e que caberia a mim, num revezamento de tarefa com meu marido, acompanhá-la na estruturação de sua nova vida estudantil a 320 quilômetros de casa, de 4 a 6 de março.

Dessa forma, fui obrigada a declinar do convite, mas queria deixar uma mensagem, pois nos últimos 6 anos temos buscado promover o debate dessa temática que considero estratégica no TCM, inclusive com o apoio da Escola de Gestão e Contas Públicas.

Vivemos tempos tenebrosos no qual direitos construídos por anos estão sob ameaça de forças conservadoras e retrógradas - que querem que as mulheres voltem para o tanque, os negros e negras para o pelourinho e a população LGBT para o armário. E nesse triste contexto que cresce a responsabilidade daqueles que dirigem órgãos do Estado.

Recentemente, sugeri que constituíssemos um grupo de trabalho formado por mulheres das diferentes áreas do TCMSP que possam debater essa problemática e propor medidas internas e externas concretas e pedagógicas que possam permear a atuação da Corte de Contas, para buscar que São Paulo seja uma cidade que reconheça e apoie a emancipação das mulheres.

Quero deixar uma saudação de apoio de compromisso com a luta das mulheres, que é de toda a sociedade. Viva a luta das mulheres!

*Angélica Fernandes é Chefe de Gabinete da Presidência do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.